



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL
Ata da 77ª reunião, realizada em 23 de julho de 2014

1 Em 23 de julho de 2014, reuniu-se a Câmara Normativa e Recursal (CNR) do
2 Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no auditório da Secretaria de
3 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo
4 Horizonte. Participaram os seguintes membros efetivos e suplentes: o presidente
5 Danilo Vieira Júnior, Victor Soares Lopes, Ênio Marcus Brandão Fonseca, Ronan
6 Andrade Nogueira, Andréa Greiner da Cunha Salles, Gibran Conde Guedes, Carlos
7 Eduardo Ferreira Pinto, Marco Túlio Simões Coelho e Ronaldo de Azevedo Coimbra
8 – representantes do poder público; Thiago Rodrigues Cavalcanti, Carlos Alberto
9 Santos Oliveira, Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, Marco Aurélio Moreira,
10 Thaís Rêgo de Oliveira, Leila Margareth Möller, Newton Reis de Oliveira Luz / Luiz
11 Carlos Silva Machado, Gustavo Henrique Wykrota Tostes, Maria Teresa Viana de
12 Freitas Corujo / Ronaldo Vasconcellos Novais e Ronaldo Rajão Santiago –
13 representantes da sociedade civil. **Assuntos em pauta. 1) HINO NACIONAL**
14 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
15 presidente Danilo Vieira Júnior declarou aberta a 77ª reunião da Câmara Normativa e
16 Recursal. “É um prazer estar novamente aqui presidindo a reunião da Câmara
17 Normativa e Recursal. Eu gostaria de registrar e agradecer a presença do nosso
18 diretor Geral do Instituto Estadual de Florestas, o Bertholdino. Trazer também
19 algumas notícias importantes sobre o Sistema Estadual de Meio Ambiente. Eu acho
20 que é de conhecimento de alguns que nós realizamos, no final do ano passado, um
21 concurso público, e estamos agora recebendo esses novos concursados, que vão, com
22 certeza, trazer um fôlego novo para a Secretaria, tendo em vista que tivemos a
23 rescisão dos contratos administrativos, recentemente, o que acarretou um entrave nas
24 nossas atividades. E agora estamos recebendo, entre servidores do Sisema e da
25 Seplag, 450 novos servidores. Temos também, já acertado com o governo, que, em
26 substituição aos servidores da MGS, mais 250 servidores entrarão. Isso nos trará o
27 fôlego suficiente para atendermos às demandas e aos anseios da sociedade e dos
28 investidores do nosso Estado. Também conseguimos, com o apoio do governo e do
29 Ministério Público, o aporte de R\$ 50 milhões no nosso Plano de Proteção e
30 Conservação da Mata Atlântica. Eu acho que vai ser um passo importante, porque
31 esse dinheiro vai ser investido em fiscalização, em novas tecnologias de controle e
32 nas atividades também de regularização, porque precisamos, com todas as forças, de
33 uma vez por todas, tirar Minas Gerais do topo do ranking de desmatamento de mata
34 atlântica, esse bioma tão sensível e tão importante para o nosso país e, especialmente,
35 para o nosso Estado de Minas Gerais, tendo em vista a riqueza de biodiversidade
36 existente nele e o remanescente, cada vez menor, dessa verdadeira riqueza que temos.
37 E também falar um pouco do CAR. Continuamos de vento em popa. O CAR de

38 Minas já é um sucesso. Somos hoje responsáveis pela metade de todos os cadastros
39 do Brasil. Minas optou por um caminho com um sistema próprio, e esse sistema vem
40 dando resultados extraordinários, sendo objeto, inclusive, de elogio do governo
41 federal, por parte da ministra Izabella. Nesse contexto, eu gostaria de, em público,
42 agradecer a todos aqueles que estão colaborando com esse processo, todos os
43 parceiros, porque é de suma importância que consigamos ter um time robusto para
44 apoiar, principalmente, os produtores rurais da agricultura familiar. Dentro desse
45 time, eu gostaria de destacar aqui o apoio fundamental da Fetaemg. Então eu gostaria,
46 Eduardo, que você levasse aos seus companheiros o nosso agradecimento, tendo em
47 vista o Termo de Cooperação que firmamos com a Fetaemg, em que estamos
48 capacitando cerca de 200 pessoas, que, não tenho dúvida, vão ser um braço
49 importante para cumprirmos o objetivo de promover o cadastro de mais de 500.000
50 propriedades no Estado de Minas Gerais. É um trabalho árduo, mas tenho certeza de
51 que, com o apoio e a cooperação de todos aqueles que têm interesse no tema, que
52 tenham alguma atividade que vá ao encontro dessa necessidade, será muito bem-
53 vindo. E esse apoio é fundamental para conseguirmos vencer esse desafio.” 3)
54 **COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.**
55 **Conselheiro Ronaldo Rajão Santiago:** “Eu gostaria de comunicar, com muita
56 tristeza, alguns fatos ocorridos na região do Serro, em Minas Gerais, envolvendo a
57 prática de atos violentos, ao que tudo indica, voltados a amedrontar ou de alguma
58 forma fazer com que pessoas ligadas ao movimento ambiental daquela região se
59 sintam coagidas a, principalmente, lutar pela criação de alguns parques estaduais na
60 região de Diamantina e do Serro. Gostaria que esta Câmara, na sua competência,
61 fizesse uma moção aos órgãos de fiscalização e de investigação do Sistema de Defesa
62 Social de Minas Gerais, para que se fizesse um empenho em relação à investigação
63 desses atos praticados, especificamente, no distrito de Milho Verde, pertencente à
64 cidade de Serro.” **Conselheira Maria Teresa Viana de Freitas Corujo** “Eu queria
65 dar dois informes. Em se tratando da mata atlântica, eu fico contente que se esteja
66 buscando um caminho para que Minas Gerais não repita o que vem acontecendo nos
67 últimos anos. Então eu aproveito para deixar registrado que, na semana passada,
68 tivemos a denúncia de mais intervenções na serra do Gandarela, pela empresa Vale.
69 Já está encaminhada ao Ministério Público para averiguação. Se esse recurso
70 realmente vier para somar na fiscalização e controle, então realmente seria muito
71 importante acompanhar também aquela região, porque não é a primeira vez que
72 acontecem essas denúncias. O segundo informe é para dizer que nós da sociedade
73 estamos acompanhando de perto, e existe uma grande articulação na bacia do rio
74 Santo Antônio. É uma bacia que está sob grave ameaça de questões ambientais,
75 porque envolve, além de toda a situação de Conceição do Mato Dentro, o grande
76 complexo minerário de Manabi, com dois minerodutos e 15 PCHs. Por enquanto, está
77 suspenso o licenciamento, por determinação da Justiça. Nesta semana, fomos
78 surpreendidos por não ter sido realmente retirada de pauta a votação da Licença
79 Prévia da Manabi / Morro do Pilar, apesar de haver uma recomendação do Ministério
80 Público Federal, um pedido da Prefeitura de Conceição do Mato Dentro e uma

81 solicitação ao doutor Alceu para que isso fosse feito, baseado em uma série de
82 justificativas. Estou querendo trazer a esta Câmara que existe um contexto muito
83 grave na bacia do rio Santo Antônio, que envolve também questão hídrica, e que seria
84 muito importante que, em algum momento, houvesse um trabalho de avaliação do
85 efeito sinérgico naquela bacia de tudo que está previsto para aquele lugar.”

86 **Conselheiro Newton Reis de Oliveira Luz**: “Em nome do Conselho Regional de
87 Engenharia e Agronomia, eu queria externar agradecimento à SEMAD pela cessão do
88 colega que foi lá para apresentar o curso do CAR em nossas entidades, Associação
89 dos Engenheiros Florestais e Engenheiros Agrimensores e a Câmara de Agricultura e
90 de Agronomia. Foi muito interessante, e estamos empenhados na colaboração, não só
91 para esclarecer os nossos colegas a respeito da profundidade e da utilidade do CAR,
92 mas também para ter a oportunidade de que isso seja bastante difundido lá.”

93 **Presidente Danilo Vieira Júnior**: “Eu gostaria também de, em público, fazer um
94 agradecimento, doutor Carlos Eduardo, ao Ministério Público, na sua pessoa, pelo
95 grande apoio que tem dado à Secretaria de Meio Ambiente. Em especial agora,
96 recentemente, o Ministério Público conseguiu, através de um Termo de Ajuste de
97 Conduta, melhorar a nossa estrutura voltada para a fiscalização, fazendo a doação de
98 24 novos veículos para a Secretaria de Meio Ambiente. Chegou em um momento
99 importante, em que a Secretaria vem enfrentando dificuldades de aquisição de novos
100 veículos, tão importantes para exercermos as nossas funções. Eu sempre brinco que
101 veículo é uma extensão do escritório, porque dificilmente conseguimos, dentro da
102 sala, resolver os problemas da Secretaria. Nós temos que ir aonde o problema
103 acontece. E, sem esses veículos, não conseguiríamos atender, a tempo e a hora, a
104 tanta demanda. Então fica o nosso agradecimento em público pelo apoio que o
105 Ministério Público sempre vem dando à Secretaria de Meio Ambiente, na busca de
106 soluções e na melhoria de nossas estruturas.” **Conselheiro Eduardo Antônio**
107 **Arantes do Nascimento**: “Em primeiro lugar, com relação à denúncia que foi feita
108 de Milho Verde, o primeiro foi um atentado a um ambientalista, a tiros; foi baleado,
109 está fora de lá. No segundo, colocaram fogo na casa do Paulão, secretário de Meio
110 Ambiente. Eu queria uma opinião do doutor Carlos Eduardo, do Ministério Público,
111 sobre o que, neste fórum, neste Colegiado, pode ser encaminhado em relação a isso.
112 A outra questão que eu quero trazer é com relação ao ofício – que acredito que todas
113 as representações aqui devem ter recebido – do Germano, chefe de Gabinete da
114 SEMAD, informando da criação de um Grupo de Trabalho interno da SEMAD, para
115 avaliação e proposição de novas estratégias e procedimentos para análise dos
116 processos de regularização ambiental no Estado de Minas Gerais. Ele coloca um
117 endereço para encaminharmos sugestões até o dia 10 de agosto. Não se trata de ser
118 otimista nem pessimista, mas, pelo andar da carruagem dessa questão – e ela é muito
119 importante e muito complexa, essa questão da regularização ambiental e de novas
120 estratégias e procedimentos –, isso, para a área rural, nos toca sensivelmente. Porque
121 o modelo adotado anteriormente tinha um DNA industrial, depois se conseguiu
122 mudar esse perfil, mas ainda há muito a ser feito. Eu acho que esse mecanismo de
123 encaminharmos as sugestões e proposições, primeiro, é avassalador: tem entidade que

124 encaminha não é pouca coisa, e fica até difícil para quem recebe. Eu acho que seria
125 mais produtivo, mais eficaz, a discussão. E nós temos, em conjunto – Faemg, Seapa,
126 a Subsecretaria da Agricultura Familiar –, avançado nessas questões. A própria
127 Assembleia Legislativa também. Conseguimos aprovar lá a legislação da
128 agroecologia. Então isso tudo contribui. Tem a questão do CAR também, não há
129 como pensar esse modelo sem englobar a reflexão do CAR, que vai dar origem, em
130 muitos casos, inclusive, ao Plano de Regularização Ambiental. Então, sem prejuízo
131 dessa data, eu queria que, anteriormente a essa data, fosse realizada uma reunião
132 desse Grupo de Trabalho com a Seapa, a Subsecretaria da Agricultura Familiar; a
133 Faemg, a Fetaemg e a Emater. Eu acho que nós teríamos até condições de atender a
134 essa convocação e encaminhar propostas mais sistematizadas e mais localizadas. É
135 uma solicitação no sentido de contribuir.” **Presidente Danilo Vieira Júnior**: “Em
136 hora nenhuma pensamos que a metodologia seria diferente disso. Nós pensamos, num
137 primeiro momento, internamente, em apresentar um esboço, e, a partir dele, buscar o
138 aprimoramento a partir das contribuições. Porque não tem como construir uma coisa
139 que consiga atender aos anseios da sociedade e do setor produtivo se não for
140 amplamente discutida com eles e consolidada. Eu acho muito importante isso,
141 porque, quando é construído dessa forma, não é nada imposto, é uma coisa construída
142 a várias mãos. E acho que é muito importante, porque há o comprometimento com
143 aquele documento, com aquele resultado, para que consigamos alcançar os objetivos.
144 A ideia é essa mesmo, e só vou verificar com o Grupo a questão do tempo.”
145 **Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento**: “Na verdade, nós
146 gostaríamos, antes que o esboço fosse elaborado e disponibilizado, que nós fôssemos
147 ouvidos sobre concepção. É mais geral.” **Presidente Danilo Vieira Júnior**: “Não
148 vejo problema de marcarmos uma reunião sobre isso. Mas, quando se fala em
149 licenciamento, não se pode restringir às atividades agrossilvopastoris. Até porque o
150 resultado de tudo isso vai passar por aqui, pelo COPAM, pelas Câmaras Técnicas.
151 Sem dúvida nenhuma, a participação vai ter que ocorrer de forma obrigatória. Mas o
152 ideal é que consigamos construir isso já, para evitarmos os debates aqui, chegar um
153 pouco mais alinhado, mais consolidado, mais receptivo por parte dos diversos
154 segmentos.” **Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira**: “Para fazer companhia
155 ao Eduardo nessa fala dele, eu quero resgatar dois pontos. Primeiro é que eu
156 concordo plenamente com tudo o que foi falado pelo Eduardo. Acredito que uma
157 solução para a questão que ele levantou vai atingir um universo entre 80% e 85% dos
158 estabelecimentos agropecuários de Minas Gerais. Então nós temos um caminho muito
159 interessante para desobstruir essa pauta. A segunda lembrança é que o modelo que
160 nós utilizamos para o licenciamento ambiental das atividades agrossilvopastoris tem
161 origem num modelo utilizado para a mineração e para a indústria. Desde o dia em
162 que concedemos a primeira licença ambiental de atividade agrossilvopastoril, nós
163 estamos trabalhando em cima de um modelo defeituoso. Por essa razão, eu fico
164 favoravelmente surpreendido pelo convite para apresentarmos sugestões, e, desde já,
165 penso que – para se radical no raciocínio – temos que jogar tudo no chão e construir
166 tudo de novo.” **Conselheiro Carlos Eduardo Ferreira Pinto**: “Acerca da solicitação

167 do nosso colega Eduardo, eu vejo como, na verdade, duas questões distintas. Uma,
168 como colocado pelo colega aqui, é a necessidade da intensificação da fiscalização no
169 que se refere ao poder de polícia ambiental, por parte da Subsecretaria de
170 Fiscalização, ou seja, o que está acontecendo na região no que se refere a fatos ilícitos
171 ambientais. Que a Secretaria possa designar uma operação, quer seja extraordinária
172 ou ordinária, para incrementar essa fiscalização. No entanto, o relatado exorbita a
173 esfera ambiental, entra na questão criminal mesmo. No que eu entendo, a referida
174 moção deve ser direcionada à Secretaria de Defesa Social, no sentido de apuração dos
175 crimes praticados. O homicídio não vai ser menos ou mais homicídio se a motivação
176 for por defesa do meio ambiente. É um crime totalmente distinto da esfera ambiental,
177 assim como a prática do incêndio na casa de outra pessoa. Eu acho que são duas
178 questões bem distintas. Não obstante, eu anotei aqui e, na próxima reunião, dou um
179 retorno aos senhores no que se refere ao papel do Ministério Público. Eu acionarei o
180 promotor da Comarca para que apure a prática desses crimes, a conexão entre eles, se
181 já existe inquérito policial ou não. Se não houver, fatalmente haverá requisição, por
182 parte do promotor, para que esses crimes sejam apurados como qualquer outro crime
183 praticado, independentemente da motivação.” **Conselheiro Eduardo Antônio**
184 **Arantes do Nascimento**: “Quando aquele casal de ambientalistas foi recentemente
185 assassinado no Pará, o juiz, no julgamento, na sentença, que absolveu, falou,
186 inclusive, que o casal que foi assassinado tinha dado motivos para o assassinato ser
187 praticado. Tem que ter claro que crime de motivação ambiental ainda está sendo
188 tratado de maneira secundária. Segundo, pela minha experiência própria com a
189 polícia, queima casa e atira, se quisesse, já tinha identificado. Quando quer, quando
190 pega firme, todo mundo conhece o Brasil. As pessoas estão fora de lá, um deles pelo
191 menos, então a questão tem que ser levada seriamente como crime, de conteúdo e
192 formulação ambiental, que passou a fazer parte do Brasil. Isso não pode ser
193 subestimado. Eu acho que, dentro da linha que o companheiro propôs inicialmente, se
194 for tomada alguma iniciativa, tem de ser tomada para apuração rigorosa, porque, se
195 quiser, apura.” **Bertholdino Apolônio Teixeira Junior, diretor Geral do Instituto**
196 **Estadual de Florestas**: “Esse caso específico de Milho Verde já foi tratado tanto no
197 Comando Geral da Polícia quanto na parte da Secretaria também. O secretário Alceu
198 já tratou também com o secretário de Segurança Pública. Eu não posso dar mais
199 detalhes, mas já estava bem equacionada essa questão. O poder público já tomou
200 todas as providências necessárias nesse caso específico, já foram identificadas as
201 pessoas e já há investigação. Nos próximos dias, com certeza, teremos os resultados
202 práticos dessa ação. Todas as ações do poder público já foram tomadas nessa questão.
203 Inclusive, finalizaram com audiência pública na Assembleia, na região.” **Conselheiro**
204 **Ronaldo Rajão Santiago**: “Antes de fazer a leitura da moção, eu entendo que essa
205 situação transcende um mero conflito individual. É do interesse desta Câmara e do
206 Sistema de Gestão Ambiental brasileiro e mineiro que as pessoas tenham liberdade de
207 dizer as coisas no local onde as coisas ocorrem. Se as pessoas perdem essa
208 possibilidade de exercer a sua liberdade pelo medo, pela coação, pela imposição, nós
209 estamos comprometendo todo o Sistema de Gestão Ambiental. O nosso técnico,

210 quando vai a Serro e a Milho Verde, não pode perder a liberdade de dizer as coisas
211 que tem de dizer nos pareceres e nos diversos estudos que faz. Nesse sentido, eu acho
212 que temos interesse, enquanto Câmara Normativa e Recursal, de lutar contra esse tipo
213 de situação. Nesse sentido, embora tenha agora a informação de que as medidas
214 foram tomadas, me chama muito a atenção que a perícia que foi realizada no veículo
215 do Luiz Fernando, que foi atingido a tiros, só foi realizada mais de uma semana
216 depois. Obviamente, sabemos que a cada dia que se passa perdemos elementos de
217 apuração do que realmente ocorreu. Nesse sentido, eu acho que devemos encaminhar
218 essa moção à Secretaria de Defesa Social para reforçar o pedido de empenho e
219 celeridade no encerramento dessas investigações. Nesse sentido, a moção é dirigida à
220 Secretaria de Defesa Social com o seguinte texto: ‘Solicito ao senhor secretário que
221 envide esforços para que, com empenho e celeridade, atue nos inquéritos policiais
222 que apuram condutas supostamente criminosas sofridas pelos ambientalistas Luiz
223 Fernando Ferreira Leite e Paulo Sérgio Procópio, ambas ocorridas recentemente no
224 distrito de Milho Verde, pertencente ao município de Serro, em Minas Gerais.’”
225 **Presidente Danilo Vieira Júnior:** “Em votação. Aqueles que são pela aprovação
226 permaneçam como estão. Aprovada a moção.” **4) EXAME DA ATA DA 76ª**
227 **REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da 76ª reunião da Câmara Normativa e
228 Recursal, realizada em 4 de junho de 2014, com abstenção do conselheiro Ronaldo
229 Rajão Santiago. **5) MINUTAS DE DELIBERAÇÕES NORMATIVAS COPAM**
230 **PARA EXAME E DELIBERAÇÃO. 5.1) Minuta de Deliberação Normativa**
231 **COPAM, que altera a Deliberação Normativa COPAM nº 133, de 15 de abril de**
232 **2009, que regulamenta a prática da queima de cana-de-açúcar para fins de**
233 **colheita, e dá outras providências. Apresentação: SEMAD. Retorno de vista:**
234 **conselheiros Eduardo Antônio Nascimento, Ana Paula Bicalho de Mello,**
235 **Henrique Augusto Reis e Mauro da Fonseca Ellovitch.** Minuta de Deliberação
236 Normativa aprovada por unanimidade nos termos apresentados pela SEMAD nesta
237 sessão. O conselheiro Carlos Eduardo Ferreira Pinto registrou seu impedimento de
238 participar da votação. **5.2) Minuta de Deliberação Normativa COPAM, que dispõe**
239 **sobre os parâmetros básicos para a identificação e análise da vegetação primária**
240 **e dos estágios sucessionais da vegetação secundária das formações savânicas**
241 **associadas ao Bioma Mata Atlântica para fins de aplicação do seu Regime**
242 **Jurídico. Apresentação: SEMAD. Retorno de vista: conselheiros Mauro da**
243 **Fonseca Ellovitch, Denise Bernardes Couto, Ana Paula Bicalho de Mello,**
244 **Gustavo Henrique Wyrota Tostes, Fábio Henrique Vieira Figueiredo e Henrique**
245 **Augusto Reis.** Item retirado de pauta pela SEMAD para realização de diligência
246 entre os solicitantes de vista e o Grupo de Trabalho que elaborou a proposta de
247 Deliberação Normativa, com o objetivo de uniformizar os conceitos visando à
248 possibilidade de apresentação de parecer conjunto. **6) DELIBERAÇÕES**
249 **NORMATIVAS COPAM PUBLICADAS AD REFERENDUM PARA EXAME**
250 **E DELIBERAÇÃO. 6.1) Deliberação Normativa COPAM nº 194, de 27 de**
251 **março de 2014, regulamenta a atividade de reciclagem de veículos, altera o**
252 **Anexo Único da Deliberação Normativa COPAM nº 74, de 9 de setembro de**

253 **2004, e dá outras providências. Apresentação: SEMAD.** Minuta de Deliberação
254 Normativa referendada por unanimidade nos termos apresentados pela SEMAD nesta
255 sessão. **6.2) Deliberação Normativa COPAM nº 198, de 9 de junho de 2014, que**
256 **inclui o artigo 4º-A na Deliberação Normativa COPAM nº 141, de 29 de outubro**
257 **de 2009 e dá outras providências. Apresentação: SEMAD.** Minuta de Deliberação
258 Normativa referendada por unanimidade nos termos apresentados pela SEMAD nesta
259 sessão. **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE RECURSO DE**
260 **AUTO DE INFRAÇÃO. 7.1) Fertilizantes Heringer S/A. Formulação de adubos**
261 **e fertilizantes. Três Corações/MG. PA 00185/2000/005/2013, AI 47.130/2011.**
262 **Apresentação: Supram SM.** Recurso indeferido por maioria, nos termos do parecer
263 da Supram, com votos contrários dos conselheiros Carlos Alberto Santos Oliveira,
264 Ênio Marcus Brandão Fonseca e Marco Aurélio Moreira. **8) SÉRIE HISTÓRICA**
265 **DA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM MINAS GERAIS.** O diretor geral do
266 Instituto Estadual de Florestas (IEF), Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior, fez
267 apresentação à CNR da série história da compensação ambiental no Estado de Minas
268 Gerais. **9) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
269 presidente Danilo Vieira Júnior declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta
270 ata.

271
272 **APROVAÇÃO DA ATA**
273

274
275 **Presidente Danilo Vieira Júnior**